

RESENHA

Moema de Rezende Vergara

DANTES, Maria Amélia (Org).
Espaços da Ciência no Brasil: 1800-1930.
Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2001.

| 78 |

O livro *Espaços da Ciência no Brasil* reúne recentes pesquisas desenvolvidas na área de História da Ciência no Brasil. Segundo Maria Amélia Dantes, organizadora deste volume publicado pela coleção *História e Saúde* da Fiocruz, os artigos aqui reunidos seriam impensáveis vinte anos atrás, quando era comum a consideração de que a presença das ciências havia sido insignificante antes do período republicano. Cabe esclarecer ao público não especialista em História da Ciência, que Maria Amélia Dantes é uma das personagens da formação desta disciplina. No início dos anos de 1980, junto com Shozo Motoyama, estes professores do departamento de física da USP foram para o departamento de História e lá criaram uma pós-graduação em História da Ciência, profundamente influenciada pela abordagem dos estudos sociais da ciência (*social studies of science*).

Um dos indícios da importância de Maria Amélia Dantes está no grande número de dissertações e teses que orientou nos últimos 20 anos. É interessante observar que em *Espaços da Ciência no Brasil*, muitos dos autores foram seus orientandos, como Silvia Figueirôa, Heloisa Maria Bertol Domingues, Maria Rachel Fróes da Fonseca, Flávio Edler e Marta de Almeida. O livro narra a trajetórias de instituições como o Instituto Butantan, a Sociedade de Auxílio da Indústria Nacional, Jardim Botânico do Rio de Janeiro e a Sociedade Brasileira de Ciências.

Este, então, é um livro sobre as instituições científicas brasileiras de 1800 a 1930. A palavra “espaços” é representativa da forma que a historiografia nacional vem tratando o tema da ciência nos últimos anos. Simon Schawartzman, por exemplo, publicou pela Universidade da Pennsylvania, *A Space for Science. The Development of the Scientific Community in Brazil*, uma apresentação de seu famoso trabalho de 1979 *A Formação da Comunidade Científica no Brasil*, para o público americano. Vale notar que a palavra *espaço* só é introduzida no título na edição ampliada e revisada de 1991. A metáfora espaço sugere a imagem de lugares restritos de saber em meio a uma sociedade alheia à atividade científica. Esta imagem pode ter suas raízes nos anos 50 com o trabalho de Fernando de Azevedo, que via em nosso passado colonial ibérico uma resistência ao novo espírito científico, o que contribuiria também para uma predominância das letras sobre a prática científica.

O recorte temporal do livro – 1800 a 1930 – oferece subsídios para o entendimento desta tradição científica. É bastante significativo o fato de que naquele período ainda não tínhamos universidade em nosso território. O marco universitário é imprescindível, pois sinaliza a implantação no país de uma ciência profissionalizada, dedicada à atividade de produção de conhecimento e reconhecimento social da

atividade científica¹. Não havia um sistema educacional sólido e de abrangência nacional. Durante o Império, o ensino superior se limitava às Faculdades de Medicina do Rio de Janeiro e da Bahia, às Faculdades de Direito de São Paulo e do Recife, à Escola de Minas de Ouro Preto e, depois de 1874, à Escola Politécnica do Rio de Janeiro. Nos primeiros anos da República o quadro não muda radicalmente, e as universidades brasileiras só se tornarão uma realidade após a Revolução de 30. Durante este intervalo de tempo, o currículo de nosso sistema educacional enfatizava enormemente as cadeiras humanistas, como a retórica, a oratória e as letras clássicas, mais preocupadas em formar bacharéis e literatos do que propriamente cientistas. Restaria, então, ao historiador da ciência investigar os espaços delimitados da produção científica no Brasil.

Percebemos logo de início na apresentação do livro em questão, que por *espaços da ciência*, está se entendendo *instituições*. A tese central deste projeto gira em torno da idéia de que se num primeiro momento na historiografia internacional, a questão institucional era vista como secundária, após os anos de 1970, esta ganhou destaque e legitimidade. Isto porque “as instituições científicas desempenham um papel fundamental na implantação de práticas e conhecimentos científicos e seu estudo pode ser esclarecedor sobre os diferentes fatores presentes neste processo”. Assim, uma das conseqüências epistemológicas destes estudos, principalmente desenvolvidos nos Estados Unidos, na Inglaterra, na Escócia e mais recentemente na França, seria “sobretudo uma análise da influência de fatores extracientíficos no processo de produção de conhecimentos²”.

Esta tese, tecida a partir da realidade dos países centrais da produção de conhecimento, apresenta problemas quando utilizada apressadamente para a reflexão sobre as instituições científicas, esquecendo da situação de periferia do Brasil num contexto mais amplo. Contudo, o conceito de periferia possui também limitações em seu poder de análise de nossa tradição científica. Avançamos pouco na compreensão deste problema se pensarmos nossas instituições científicas apenas como difusoras de conhecimento criado além-mar.

Uma possibilidade de apreensão do livro *Espaços da Ciência no Brasil* estaria numa leitura horizontal de seus capítulos, onde a história de cada instituição ofereceria elementos para se entender como a ciência participa do sistema intelectual brasileiro, e sofre influências do mesmo. Muitos destes traços podem ser vistos até os dias atuais.

A descontinuidade das instituições pode ser citada como um deles. A trajetória do Jardim Botânico do Rio de Janeiro é ilustrativa deste processo, quando viu sua vocação científica sendo posta num segundo plano, após o fim do tráfico negreiro, para atender as expectativas de uma maior racionalidade da exploração da terra, “dando à ciência um caráter simbólico de redenção econômica³”. Esta mesma preocupação mais voltada para a utilidade econômica imediata fez com que a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional – SAIN – em 1866, não atendesse o requerimento de Alfred Nobel que tinha por objetivo a realização da experiência com a recém inventada nitroglicerina. Nobel enviou um caixote contendo 10 libras nitroglicerina, além do material necessário. A SAIN o perdeu e não fez o ensaio, o que impediu Nobel de vir ao Brasil para “desenvolver o invento que o deixaria famoso⁴”.

Também a influência francesa, tão constante em vários âmbitos de nossa vida intelectual, pode ser verificada na institucionalização das faculdades de medicina no decorrer do século XIX. A medicina francesa foi a nossa grande referência científica, “principalmente até a reforma acadêmico-administrativa das faculdades de medicina no Rio de Janeiro e da Bahia, ocorrida entre 1879 e 1884⁵”.

O problema de se obter apoio do Estado para as instituições de pesquisa, tem o caso da Comissão Geológica do Império de 1875 como bastante ilustrativo. Esta comissão, dirigida pelo cientista americano Charles Hartt, foi criada com o intuito de estabelecer no Brasil a exploração regular e sistemática do território. Por conta do descompasso entre o que foi objetivamente produzido e o que desejava o governo imperial, esta comissão foi extinta em 1878. Charles Hartt morreu no mesmo ano, vítima de febre amarela na cidade do Rio de Janeiro, esperando que o Ministério da Agricultura revisse sua decisão. Hartt sem ver atendido seu pedido, chegou a fazer um último apelo *em nome da ciência* para que se dessem os

meios de continuar seus trabalhos no Brasil. Figueirôa termina seu artigo sobre esse caso concluindo que “diferentemente do caso da Escola de Minas de Ouro Preto, que também sofreu sérias ameaças a sua continuidade, Hartt aparentemente não foi amigo pessoal do Imperador – ao contrário do que sucedeu com Henri Gorceix, que teve seu projeto assegurado, em alguns momentos cruciais, graças à intervenção e ao apoio do monarca⁶”.

Finda a leitura deste livro, entendemos que a proposta de se estudar as instituições no Brasil inaugura, a partir nos anos 80, uma outra historiografia das ciências, tomando caminhos diferentes dos percorridos por Fernando de Azevedo, em sua obra *As Ciências no Brasil* de 1955. Mas ainda fica o desafio: é possível fazer uma história das ciências no Brasil fora dos espaços das instituições?

Notas

(Endnotes)

¹ Cf. DANTES, M. A. As instituições Imperiais na historiografia das ciências no Brasil. In: HEIZER, A. e VIDEIRA, A. (org.) *Ciência civilização e Impérios nos Trópicos*. Rio de Janeiro: Access, 2001.

² HAHN, R. *The Anatomy of a Scientific Institution*, Apud DANTES, M. A. Introdução. In: *Espaços da Ciência no Brasil: 1800-1930*. , p. 14.

³ DOMINGUES, H. M. B. O Jardim Botânico do Rio de Janeiro. Maria Amélia (org). *Espaços da Ciência no Brasil: 1800 - 1930*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2001. p. 42.

⁴ DOMINGUES, H. M. B. A Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional e as Ciências Naturais no Brasil Império. In: DANTES, op. cit. p. 105.

⁵ FERREIRA, L. O. et al. A Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro no século XIX: a organização Institucional e os Modelos de Ensino. In: DANTES, op. cit. p. 68.

⁶ FIGUEIRÔA, S. A Comissão Geológica do Império do Brasil. In: DANTES, op. cit. p. 126.